

## UM JORNAL DE OPINIÃO

INALDO ARAÚJO

**“Uma boa auditoria não serve para punir, mas para prevenir”** A3

# A auditoria não é a cura, mas pode ser o remédio

## Inaldo da Paixão Santos Araújo

Mestre em Contabilidade, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, professor da Universidade do Estado da Bahia, presidente do Instituto Rui Barbosa, escritor  
inaldo\_paixao@hotmail.com

**A**cordei em uma dessas madrugadas insones em que a mente vagueia entre memórias, ideias e manchetes para escrever. Tenho por hábito, quase ritualístico, revisitar os jornais – ainda que digitais – em busca de uma centelha de inspiração. E ela veio, inesperada, ao me deparar com a notícia de que o governador em exercício do Rio de Janeiro determinara, por Decreto de n. 50.254, de 14/4/2026, uma ampla auditoria em toda a máquina estatal.

Confesso: poucas coisas, no campo da gestão pública, me causam tão sincero alento quanto uma iniciativa dessa natureza. Talvez por deformação profissional, talvez por convicção amadurecida ao longo de mais de quatro décadas dedicadas ao controle público, vejo na auditoria não apenas um instrumento técnico, mas um ver-

dadeiro compromisso com a verdade.

Vivemos tempos em que palavras como governança, sustentabilidade, consensualismo e avaliação de políticas públicas ganharam espaço no discurso institucional – e isso é salutar. Mas não basta enunciá-las; é preciso dar-lhes concretude. E é justamente aí que precisamos também valorizar ainda mais as auditorias pautadas em uma “estrutura de pronunciamentos profissionais”, que no Brasil são as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) editadas pelo Instituto Rui Barbosa como relevante ferramenta de verificação, de controle, de diagnóstico, de correção de rumos.

O decreto em questão, ao exigir um raio-x detalhado de contratos, despesas, pessoal e resultados, parece caminhar nessa direção. Não se trata apenas de olhar o passado, mas de compreender o presente para melhor projetar o futuro. Ao condicionar novos gastos à existência de dotação orçamentária específica, por exemplo, reforça-se uma premissa básica, muitas vezes negligenciada: a responsabilidade fiscal não é um entrave, mas um alicerce.

Ainda assim, é preciso reconhecer, sem

ingenuidade, que a auditoria não é a cura para todos os males da administração pública. Não elimina, por si só, a corrupção, nem resolve automaticamente as ineficiências estruturais. Mas é, sem dúvida, um bom remédio. E mais: quando realizada de forma preventiva, pode assumir o papel de vacina – evitando que desvios sequer venham a ocorrer.

Lembrei-me, então, de Gilberto Gil e de sua canção Aquele Abraço, quando canta que “o Rio de Janeiro continua lindo”. Continua, sim. Mas pode ficar ainda melhor quando a beleza natural vier acompanhada de uma gestão pública igualmente admirável – transparente, eficiente e comprometida com resultados.

Que essa iniciativa não seja episódica, mas parte de uma cultura institucional que valorize o controle como instrumento de aperfeiçoamento, e não como mera formalidade. Porque, ao fim e ao cabo, a boa auditoria não serve para punir, mas para prevenir; não para constranger, mas para construir.

E é justamente por isso que, mesmo não sendo a cura, ela pode – e deve – ser o remédio.